

MINISTÉRIO DA FAZENDA TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES TERCEIRA CÂMARA

Processo no

10620.001284/2002-88

Recurso nº

129.256 Embargos

Matéria

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Acórdão nº

303-34.789

Sessão de

17 de outubro de 2007

Embargante

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

Interessado

SIDERURGIA SANTO ANTÔNIO LTDA.

Assunto: Imposto sobre a Propriedade Territorial

Rural - ITR

Exercício: 1998

Ementa: EMBARGOS AO ACÓRDÃO 303.32.285 -

de 10/08/2005

Devem ser acolhidos para rerratificar a decisão

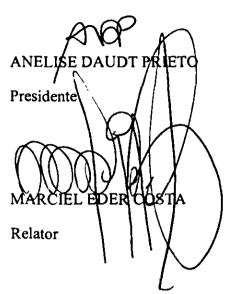
prolatada no acórdão em referência.

ITR/1998. VTN. VALOR DA TERRA NUA. Apresentado Laudo Técnico de Avaliação elaborado por profissional habilitado devidamente acompanhado da ART. Anotação de Responsabilidade Técnica comprovando o VTN. Valor da terra nua será a base de cálculo do ITR – Imposto Territorial Rural.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração e rerratificar o Acórdão 303-32.285, de 10/08/2005, nos termos do voto do relator.





Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Nanci Gama, Silvio Marcos Barcelos Fiúza, Nilton Luiz Bartoli, Luis Marcelo Guerra de Castro, Tarásio Campelo Borges e Zenaldo Loibman.

Relatório

Cuida-se de embargos de declaração opostos pela União (Fazenda Nacional) em face da decisão de fls. 143-150, que tomou a seguinte ementa:

"IMPOSTO TERRITORIAL RURAL. A simples omissão do contribuinte em providenciar em prazo hábil documentação comprobatória de áreas preservadas da propriedade rural não determina a inclusão de ditas áreas, desde que materialmente existentes, na base tributável.

Recurso voluntário provido"

Alega a embargante, que o voto condutor fora omisso, pela ausência de manifestação sobre o tema do Valor da Terra Nua – VTN.

É o Relatório.



Voto

Conselheiro MARCIEL EDER COSTA, Relator

Parece-me que assiste razão à Embargante.

Isso porque, logo no início do voto do Ilustre Conselheiro Relator Sergio de Castro Neves (fl.148), o mesmo informou que: A lide, que em algum momento chegou a envolver questões relativas à estimação do valor da terra nua (VTN), teve entretanto este aspecto superado, restringindo-se, neste estágio, à comprovação das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, o que por si só limitou a atuação deste Conselho.

Todavia, o Recurso Voluntário interposto pela Recorrente (fls. 99/102), fez referência a questão relativa ao Valor da Terra Nua, que lhe fora julgado desfavoravelmente em instância "a quo", devendo, desta forma, ser apreciada nesta instância de Julgamento, não havendo a preclusão sob a mesma como se manifestou o Ilustre Conselheiro Relator.

Assim, analisando o Demonstrativo de Apuração do Auto de Infração de fl.08, o Laudo de Avaliação de fls.68-80, bem como o Recurso Voluntário (fl.127), conclui-se que o valor atribuído ao VTN — Valor da Terra Nua é sempre o mesmo, ou seja, de R\$757.541,00 (setecentos e cinqüenta e sete mil quinhentos e quarenta e um reais). O que não ficou mantido foi o valor declarado na DITR/1998 de R\$200.000,00, mas também não foi objeto de requerimento no recurso apresentado. Ao contrário, o recurso foi no sentido de ser prestigiado o valor do laudo, tanto para o VTN, quanto para as áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

CONCLUSÃO

Por tais razões, ACOLHO os Embargos para re-ratificar a decisão contida no acórdão 303.32.285 de 10 agosto de 2005 e voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, acatando o valor constante do Laudo de Avaliação, mas mantendo a exigência fiscal em tela, porque o auto de infração atribuiu o mesmo valor, ou seja, R\$757.541,00 (setecentos e cinqüenta e sete mil quinhentos e quarenta e um reais) ao VTN – Valor da Terra Nua.

É como voto.

Sala das Sessões ep 17 de outubro de 2007

MARCIEL EDER COSTA - Relator